



**UNIVERSIDADE  
FERNANDO  
PESSOA**

## **O fim da Guerra Fria e o seu impacto no Mundo Atual**

**[The end of the Cold War and its impact on Today's World]**

**Projeto de Graduação**

**Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais**

**Victória Machado Ribeiro**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Isabel Matos Ferreira Páris Couto da Costa  
Leite**

**Julho de 2025**





**UNIVERSIDADE  
FERNANDO  
PESSOA**

## **O fim da Guerra Fria e o seu impacto no Mundo Atual**

**[The end of the Cold War and its impact on Today's World]**

**Projeto de Graduação**

**Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais**

**Victória Machado Ribeiro**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Isabel Matos Ferreira Páris Couto da Costa  
Leite**

**Julho de 2025**

## **Agradecimentos**

Agradeço à minha família, em especial aos meus pais, aos meus avós e ao meu irmão, pelo apoio constante e por sempre acreditarem em mim.

À Professora Maria Isabel Leite, pela sua ajuda diária e por me ter orientado com gentileza e sabedoria ao longo de todo o percurso.



## **Resumo**

A transição de um mundo bipolar para uma ordem internacional mais multipolar contribuiu para o surgimento de várias tensões e conflitos por todo o mundo.

O presente trabalho tem como objetivo analisar os acontecimentos e transformações políticas, económicas e geoestratégicas do mundo, decorrentes do final da Segunda Guerra Mundial até à atualidade, com especial foco no pós-Guerra Fria e suas consequências globais.

Nos anos 1980, a URSS iniciou reformas que acabaram por fragilizar ainda mais o seu regime, levando à sua queda e ao fim da Guerra Fria. Com o colapso soviético, o mundo entrou numa nova era multipolar, onde potências como a China, a União Europeia e a Rússia disputam influência global com os EUA.

Este novo equilíbrio deu impulso à globalização, intensificando trocas económicas, culturais e tecnológicas. No entanto, também trouxe novas tensões. O crescimento da China gerou fricções, especialmente em relação a Taiwan. No Médio Oriente, conflitos prolongados continuam a ser influenciados por alianças e rivalidades herdadas do período da Guerra Fria, mantendo a região num estado de instabilidade.

Assim, este trabalho evidencia que os acontecimentos do pós-guerra moldaram profundamente a ordem internacional, cujos reflexos se estendem até aos desafios do mundo atual.

**Palavras-chave:** Guerra Fria, EUA, URSS, novas potências, conflitos internacionais..

## **Abstract**

The transition from a bipolar world to a more multipolar international order contributed to the emergence of various tensions and conflicts around the globe.

The aim of this paper is to analyse the political, economic and geostrategic events and transformations in the world from the end of the Second World War to the present day, with a special focus on the post-Cold War period and its global consequences.

In the 1980s, the USSR launched reforms that ended up further weakening the regime, leading to its collapse and the end of the Cold War. With the Soviet collapse, the world entered a new multipolar era, in which powers such as China, the European Union, and Russia compete with the USA for global influence.

This new balance boosted globalization, intensifying economic, cultural, and technological exchanges. However, it also brought new tensions. China's rise has created friction, especially in relation to Taiwan.

In the Middle East, ongoing conflicts continue to be influenced by alliances and rivalries inherited from the Cold War period, keeping the region in a state of instability.

Thus, this work demonstrates that the events of the post-war period profoundly shaped the international order, the effects of which extend into the challenges of the contemporary world.

**Keywords:** Cold War, USA, USSR, new powers, international conflicts.

## ÍNDICE

Resumo .....	IV
Abstract .....	V
Lista de Siglas .....	VII
Introdução .....	1
<b>Capítulo I - Contextualização Histórica e Origem .....</b>	<b>3</b>
<b>1. O Fim da Segunda Guerra Mundial e o Início da Guerra Fria.....</b>	<b>3</b>
1.1. A Conferência de Yalta, Potsdam e a Doutrina de Truman .....	3
1.2. Plano Marshall e o desenvolvimento europeu .....	4
1.3. O COMECON.....	5
<b>2. O papel das Organizações Internacionais .....</b>	<b>6</b>
2.1. A formação da NATO e o Pacto de Varsóvia .....	6
<b>Capítulo II – O Fim da Guerra Fria e o Impacto No Mundo Atual .....</b>	<b>8</b>
<b>1. Consequências.....</b>	<b>8</b>
1.1 As reformas de Mikhail Gorbachev, a Queda do muro de Berlim e o Colapso da União Soviética.....	8
<b>2. A Política Internacional .....</b>	<b>9</b>
2.1 Multipolaridade mundial e Surgimento de blocos económicos como a UE .....	9
<b>3. Globalização e economia .....</b>	<b>10</b>
3.1 A transição económica dos países do leste europeu e como o modelo capitalista se consolidou após a guerra .....	10
3.2 A Globalização.....	11
<b>4. Conflitos atuais .....</b>	<b>13</b>
4.1. Tensões entre a China e Taiwan .....	13
4.2 Conflitos no Médio Oriente .....	14
4.3. A Guerra comercial entre os EUA e China .....	15
<b>Conclusão .....</b>	<b>17</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>19</b>

## **Lista de Siglas**

EUA – Estados Unidos da América

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte

ONU – Organização das Nações Unidas

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

COMECON – Conselho para Assistência Económica Mútua

RFA – República Federal da Alemanha

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

RDA – República Democrata Alemã

EU – União Europeia

CECA – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

OMC – Organização Mundial do Comércio

FMI – Fundo Monetário Internacional



## **Introdução**

A Guerra Fria foi um período marcante no século XX, decorrendo entre 1947 e 1991, e caracterizado pela tensão e rivalidade entre os EUA e a URSS.

Embora nunca tenham acontecido confrontos diretos, algo diferente de todas as guerras, o conflito moldou a ordem mundial influenciando as políticas de segurança, alianças geopolíticas (que duram até aos dias de hoje), intervenções em países e regiões de influência, a corrida armamentista e espacial, propagandas ideológicas e disputas tecnológicas (McDougall, 1985; Hanhimäki & Westad, 2003).

Em termos ideológicos, foi criada também uma divisão profunda entre o capitalismo, associado aos EUA e o socialismo, associado à União Soviética (Gaddis, 2005; Westad, 2017).

Dada esta bipolarização mundial, foram criadas instituições como a NATO e o Pacto de Varsóvia. Surgiram as guerras por procuração, conflitos armados onde dois países recorrem a um terceiro, para intermediarem. Esses conflitos surgiram em países como o Vietname, a Coreia, o Afeganistão, Cuba e Angola (Zubok, 2007; Leffler & Painter, 2005).

O medo e a dissuasão nuclear não influenciaram apenas a diplomacia internacional pois tiveram igualmente um papel determinante nos comportamentos, cultura e ciência.

Em 1991 a Guerra Fria terminou e as suas consequências ainda são visíveis na política de atualmente, desde as rivalidades entre as grandes potências, as tensões na Europa Oriental, as disputas comerciais, tecnológicas e militares entre os Estados Unidos da América, a China e a Rússia, até ao surgimento de novas formas de guerra (Smith, 2010; Meneses, 2019; Andrew & Mitrokhin, 2000).

Este projeto tem como objetivo analisar, sob uma perspetiva interdisciplinar, os principais motivos que levaram à Guerra Fria, estratégias e consequências até ao mundo de hoje. É necessário compreender como estes elementos continuam a influenciar o sistema internacional atual.

A Guerra Fria não foi apenas um conflito geopolítico limitado ao seu tempo histórico, mas sim um marco civilizacional que condicionou as relações internacionais e as estruturas de poder globais (Westad, 2017).

A escolha do tema justifica-se pela necessidade de compreender o vínculo histórico entre o passado e o presente na área das relações internacionais. Perante a instabilidade geopolítica que se vive atualmente, é necessário entender os mecanismos pois permitem uma leitura crítica das tensões atuais e desafios. Assim, a análise proposta, contribuirá para enriquecer o debate sobre a Guerra Fria e o seu impacto no mundo atual.

Este projeto seguirá uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, recorrendo à análise histórica, política e das relações internacionais para compreender os principais fatores e consequências da Guerra Fria.

A pesquisa será desenvolvida a partir de fontes primárias, como documentos oficiais, discursos e tratados, e secundárias como livros, artigos científicos e análises especializadas.

Além da Introdução e da Conclusão, o trabalho é constituído por um primeiro capítulo, em que é apresentada a contextualização histórica no período após a II Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, com referência às Conferências de Yalta e de Potsdam, a Doutrina de Truman, o Plano Marshall e o COMECON e, por último o papel das Organizações Internacionais com a formação da NATO e o Pacto de Varsóvia.

No segundo capítulo, teremos o fim da Guerra Fria e o Impacto no mundo atual, começando por focar as reformas de Mikhail Gorbachev, a Queda do Muro de Berlim e o Colapso da União Soviética. Seguem-se as alterações na Política Internacional, a multipolaridade mundial e o surgimento de blocos económicos como a UE, a globalização e a economia, a transição económica dos países do leste europeu e como o modelo capitalista se consolidou após a guerra. Por último, terminamos com a análise dos conflitos atuais, como as tensões entre a China e Taiwan, os conflitos no Médio Oriente e a Guerra comercial entre os EUA e a China.

## **Capítulo I - Contextualização Histórica e Origem**

### **1. O Fim da Segunda Guerra Mundial e o Início da Guerra Fria**

#### **1.1. A Conferência de Yalta, Potsdam e a Doutrina de Truman**

A Conferência de Yalta foi uma das três grandes conferências que determinaram o futuro da Europa. Realizada entre 4 e 11 de fevereiro de 1945, no Palácio Livadia, na Crimeia, contou com a presença dos líderes das três principais potências aliadas: Franklin D. Roosevelt (EUA), Winston Churchill (Reino Unido) e Josef Stalin (URSS), conhecidos como “os três grandes” (Kissinger, 1994).

O principal objetivo foi planejar estratégias para derrotar a Alemanha Nazi, definir a nova geopolítica no pós-guerra, estabelecer as bases da futura Organização das Nações Unidas (ONU) e acordar as reparações e ocupações da Alemanha (Roberts, 2006).

Ficou decidido que a Alemanha e a cidade de Berlim seriam divididas em quatro zonas de ocupação (EUA, URSS, Reino Unido e França), sendo esta divisão considerada essencial para a manutenção da paz mundial (Judt, 2007). Foi ainda acordada a criação da ONU com cinco membros permanentes no Conselho de Segurança: EUA, URSS, Reino Unido, China e França (Gaddis, 2005).

As grandes potências comprometeram-se a garantir eleições livres nos países libertados da ocupação nazi, embora essa promessa não tenha sido cumprida pela URSS na Europa de Leste, gerando desconfiança e tensão entre os antigos aliados (Service, 2009).

Com a morte de Roosevelt em abril de 1945 e a subida ao poder de Truman, as relações com a URSS deterioraram-se, lançando as bases para a Guerra Fria.

A Conferência de Potsdam realizou-se entre 17 de julho e 2 de agosto de 1945 no Palácio Cecilienhof, em Potsdam. Contou com Stalin (URSS), Truman (EUA) e Churchill, posteriormente substituído por Clement Attlee (Reino Unido) (Mazower, 2012).

Ao contrário de Yalta, o ambiente foi marcado por crescente desconfiança. Truman chegou ao encontro ciente do sucesso do teste da bomba atômica, o que influenciou significativamente as negociações (Hobsbawm, 1994).

Reafirmou-se a divisão da Alemanha em quatro zonas, estabelecendo também os princípios dos 4D's: desmilitarização, desnazificação, democratização e descentralização (Roberts, 2006). A Alemanha seria responsabilizada por pagar 20 mil milhões em reparações, principalmente à URSS.

A Conferência resultou na assinatura da Declaração de Potsdam, a 26 de julho, exigindo a rendição incondicional do Japão. Perante a falta de resposta japonesa, os EUA lançaram bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki em agosto, acelerando o fim da Segunda Guerra Mundial e intensificando a corrida armamentista (Gaddis, 2005). Potsdam simbolizou a rutura entre os aliados e o início da bipolaridade global.

A Doutrina Truman, anunciada a 12 de março de 1947, marcou o início da política de contenção do comunismo e o alinhamento oficial dos EUA contra a influência soviética (LaFeber, 2008).

Na sequência das crises na Grécia e na Turquia — países sob ameaça de influência comunista — Truman pediu ao Congresso 400 milhões de dólares para assistência militar e económica. Justificou essa ação com a defesa da liberdade e da democracia contra a subjugação por “minorias armadas” ou “pressões externas” (Gaddis, 2005).

A doutrina estabeleceu uma clara divisão do mundo em dois blocos: o democrático e capitalista liderado pelos EUA, e o comunista e totalitário liderado pela URSS. Este novo paradigma geopolítico teve consequências diretas, como a criação da NATO (1949), do Plano Marshall (1948) e do Conselho de Segurança Nacional dos EUA (Kissinger, 1994).

A intervenção norte-americana impediu a vitória comunista na Grécia e estabilizou a situação na Turquia. A partir de então, os EUA assumiram um papel ativo na defesa do “mundo livre” durante toda a Guerra Fria.

## **1.2. Plano Marshall e o desenvolvimento europeu**

Após a Segunda Guerra Mundial, era necessário reconstruir a Europa, tanto a nível físico como a nível económico. A Europa estava em crise e em Estado de emergência devido à destruição de infraestruturas, colapsos das indústrias e escassez de alimentos.

O Plano Marshall surge como um plano para responder a esta crise. Criado em 1947 pelos Estados Unidos da América, também conhecido como Programa de Recuperação Europeia, este plano impulsionou o crescimento económico e político na Europa (Judt, 2007), conteve o avanço do comunismo e conseguiu estabilizar a economia global (Hitchcock, 2004).

Entre 1948 e 1952, 13 mil milhões de dólares foram distribuídos por 16 países europeus. O Plano, embora tenha resultado no fornecimento de bens e capitais, também fomentou

reformas institucionais e a modernização industrial. Abriu caminho para a cooperação entre os países beneficiários e assim começaram a ser criadas instituições, como a Organização Europeia de Cooperação Económica, atualmente OCDE (Hogan, 1987).

Na forma política, o Plano Marshall ajudou a consolidar as democracias ocidentais agregando-as ao lado capitalista no contexto da Guerra Fria.

Os Estados Unidos conseguiram aproximar-se da Europa. No entanto, os países da Europa no Leste, sob influência soviética, recusaram participar, acentuando a divisão do continente (Judt, 2007).

Este plano foi um instrumento crucial para a reconstrução da Europa que temos hoje. Para além do impacto económico imediato, teve efeitos estruturais duradouros. que influenciaram a integração europeia e a configuração da ordem mundial no século XX (Hogan, 1987).

Com esta estratégia foi possível promover a estabilidade através do desenvolvimento económico e cooperação internacional.

### **1.3. O COMECON**

Em 1949, a URSS apresentou uma rápida resposta ao Plano Marshall, o COMECON (Conselho de Assistência Económica Mútua). O objetivo era promover a cooperação económica entre os países membros e ajudá-los a desenvolver as suas economias, promovendo a integração baseada num modelo de economia planificada (Hobsbawm, 1995).

A sua estrutura baseava-se em acordos multilaterais e bilaterais. A União Soviética assumia o papel de liderança controlando as medidas industriais e produtivas. Cada país-membro era incentivado a especializar-se em determinadas áreas, de modo a fomentar a complementaridade económica (Danko, 1988).

Contudo, o COMECON enfrentou vários problemas estruturais. A economia planificada, com forte intervenção estatal, revelou-se ineficaz na promoção da inovação e da competitividade. Os países-membros dependiam excessivamente da URSS, tanto a nível energético como tecnológico (Milward, 1984).

A dissolução oficial do COMECON coincidiu com o colapso da URSS e o fim da Guerra Fria, em 1991. A dissolução simbolizou o fracasso do modelo económico alternativo, que

embora idealizado como cooperativo e solidário, acabou por ser fortemente hierarquizado e ineficaz (Hobsbawm, 1995).

A análise deste Conselho de Assistência Económica Mútua, é importante para compreender as alternativas económicas que marcaram o século XX e os desafios que enfrentam as tentativas de integração fora da lógica capitalista.

## **2. O papel das Organizações Internacionais**

### **2.1. A formação da NATO e o Pacto de Varsóvia**

A NATO foi fundada a 4 de abril de 1949, com a assinatura do Tratado de Washington, tendo inicialmente doze países membros: Estados Unidos da América, Canadá, Reino Unido, França, Itália, Portugal, Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo, Dinamarca, Noruega e Islândia. A sua criação teve como principal motivação a necessidade sentida pelos países ocidentais de conter a influência soviética e prevenir uma possível agressão militar por parte da União Soviética, numa Europa ainda fragilizada pela Segunda Guerra Mundial (Hobsbawm, 1995).

Mais do que uma simples aliança militar, a NATO representava a consolidação de um bloco político-ideológico alinhado com os valores do liberalismo democrático, da economia de mercado e da proteção dos direitos humanos. Assim, a organização tornou-se também uma plataforma de afirmação dos valores ocidentais em contraposição ao modelo socialista liderado por Moscovo (Judt, 2006).

O artigo 5.º do tratado assumiu um papel central na arquitetura da NATO ao estabelecer que um ataque armado contra um ou mais membros da Aliança seria considerado um ataque contra todos. Esta cláusula criou um mecanismo de defesa coletiva sem precedentes, funcionando como um forte elemento de dissuasão e solidariedade entre os Estados-membros (Kaplan, 2004). A presença militar norte-americana na Europa, sob o guarda-chuva da NATO, foi fundamental para garantir a estabilidade e a reconstrução da Europa Ocidental, nomeadamente através da segurança proporcionada aos países beneficiários do Plano Marshall.

Em 1955, como resposta direta à adesão da República Federal Alemã (RFA) à NATO, a União Soviética decidiu formalizar a sua própria aliança militar: o Pacto de Varsóvia,

oficialmente denominado Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua. Este tratado foi assinado a 14 de maio de 1955 por oito países: União Soviética, Polónia, República Democrática Alemã, Checoslováquia, Hungria, Roménia, Bulgária e Albânia (embora esta última se tenha distanciado posteriormente). A criação do Pacto de Varsóvia visava equilibrar o poder militar da NATO, mas, acima de tudo, consolidar a liderança soviética no bloco de Leste (Sassoon, 2002).

Diferentemente da NATO, que surgiu por iniciativa de países soberanos, o Pacto de Varsóvia refletia uma imposição do poder soviético sobre os países satélites, funcionando como um mecanismo de controlo político e militar. De facto, além da defesa contra ameaças externas, o Pacto servia também para garantir a obediência interna dos regimes comunistas às diretrizes de Moscovo. A sua atuação ficou evidente durante as intervenções militares soviéticas para suprimir movimentos de liberalização, como aconteceu na Hungria (1956) e na Checoslováquia (1968) (Service, 2007).

A estrutura do Pacto permitia à União Soviética manter um comando centralizado, onde os outros Estados membros tinham pouca margem de autonomia. Isto contrasta com o modelo da NATO, onde, apesar da liderança norte-americana, os membros mantinham uma participação mais equitativa na tomada de decisões. Assim, o Pacto de Varsóvia acabou por ser tanto uma ferramenta de segurança, como uma expressão da hegemonia soviética na Europa de Leste.

## Capítulo II – O Fim da Guerra Fria e o Impacto No Mundo Atual

### 1. Consequências

#### 1.1 As reformas de Mikhail Gorbachev, a Queda do muro de Berlim e o Colapso da União Soviética

O final do século XX ficou marcado pela dissolução da URSS e a queda do Muro de Berlim, acontecimentos que alteraram toda a geopolítica mundial.

Mikhail Gorbachev, em 1985, assumiu o cargo de Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e reconheceu a estagnação do sistema soviético e a necessidade de novas reformas. Assim, com o objetivo de modernizar a economia e democratizar o regime, deu início à *perestroika* (reestruturação económica) e à *glasnost* (transparência política) (Service, 2007).

A *perestroika* foi uma das políticas introduzidas na União Soviética em 1986, procurando seguir elementos de mercado numa economia rigidamente planificada. As empresas estatais conseguiram alguma liberdade autorizada e, de forma limitada, a iniciativa privada. Apesar dos esforços, esta medida foi inútil, pois não foi acompanhada por uma reforma profunda no sistema político nem por uma estrutura jurídica eficiente (Judt, 2006).

A *glasnost* conseguiu fomentar a liberdade de expressão, a crítica ao passado soviético e o debate público. Esta política teve várias consequências imprevisíveis, reforçou o descontentamento popular e libertou as forças nacionalistas nas repúblicas soviéticas (Sakwa, 2010).

Gorbachev ao tentar reformar o sistema, desencadeou a sua própria desintegração. No dia 9 de novembro de 1989, a queda do Muro de Berlim, simbolizou o fim da Guerra Fria e da divisão da Europa assim como a separação entre o bloco ocidental e o bloco comunista, na Alemanha.

Gorbachev e as suas políticas tiveram um papel indireto neste acontecimento, abriram caminho para o fim do modelo soviético (embora não tenha sido esse o objetivo). Como abandonou a Doutrina Brejnev (que justificava o facto de os países do Leste europeu serem controlados pela URSS devido ao Pacto de Varsóvia), deixou de apoiar as ditaduras dos Estados satélites, o que contribuiu para a sua queda (Hobsbawm, 1995).

Quanto à Alemanha, a pressão do povo, a abertura das fronteiras vizinhas e o enfraquecimento do regime RDA levaram à abertura do muro. Os restantes países comunistas caíram em cascata, tendo esta perda de influência externa sido o prenúncio do colapso interno que se seguiria.

Apesar de várias tentativas de recuperação da URSS, o processo de desintegração tornou-se irreversível. As repúblicas soviéticas inspiradas pelos vizinhos e pelos movimentos no Leste europeu, começaram a querer a própria autonomia e em muitos casos, independência.

Em 1991, conservadores do Partido Comunista (contra Gorbachev), tentaram um golpe falhado. O poder passou progressivamente para Boris Yeltsin que mais tarde veio a assumir a liderança da transição pós-soviética. A 25 de dezembro de 1991, Gorbachev renunciou ao cargo de presidente da URSS. Foi oficialmente o fim do Estado Soviético, sendo substituído pela Federação Russa. Mais tarde, foi criada a Comunidade de Estados Independentes, com o objetivo de promover a cooperação económica, política, segurança e cultural entre os seus membros, além de apoiar o desenvolvimento das relações diplomáticas e promover a estabilidade na região (Sassoon, 2002).

O colapso não resultou apenas das políticas internas, mas também da incapacidade do regime se adaptar a um mundo mais globalizado, tecnológico e multipolar. A centralização económica, a repressão política e o esgotamento ideológico tornaram o sistema inviável.

## **2. A Política Internacional**

### **2.1 Multipolaridade mundial e Surgimento de blocos económicos como a UE**

Devido ao colapso da União Soviética e ao fim da Guerra Fria, o mundo deixou de estar dividido em dois blocos ideológicos liderados pelos EUA e a URSS.

Um sistema internacional multipolar emergiu, no qual vários blocos económicos e potências regionais começaram a desempenhar importantes papéis a níveis globais (Kupchan, 2012).

O mundo assumiu assim um novo contexto, as relações internacionais deixaram de ser apenas para razões militares e começaram a basear-se em formas económicas e comerciais. Os países, ao reconhecerem a sua independência económica, começaram a

organizar-se em grupos e blocos regionais, com o objetivo de aumentar a cooperação, competitividade, garantir a segurança económica e defender os seus interesses no mercado mundial.

Um dos melhores exemplos de blocos económicos e políticos no mundo atual é a União Europeia (UE). Iniciou-se na década de 1950 com a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), mais tarde a Comunidade Económica Europeia (CEE) através do Tratado de Roma.

O principal foco era promover a integração económica entre todos os países na Europa, com o objetivo de manter e preservar a paz especialmente após a Segunda Guerra Mundial (Judt, 2006).

Ao longo do tempo, a CEE foi evoluindo até dar lugar à União Europeia com o Tratado de Maastricht, em 1992. Este Tratado foi importante pois estabeleceu as bases para uma integração política, económica e monetária, incluindo a criação de uma moeda única, o euro, entrando em circulação em 2002 (Wallace, Pollack & Young, 2010).

Atualmente a União Europeia é supranacional e é composta por 27 Estados-membros, com instituições como o Parlamento Europeu, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu. Atua em várias áreas como o comércio, agricultura, clima, investigação, entre outras. A UE é um ator político global que promove a cooperação internacional e o multilateralismo.

### **3. Globalização e economia**

#### **3.1 A transição económica dos países do leste europeu e como o modelo capitalista se consolidou após a guerra**

Após o colapso dos regimes comunistas na Europa de leste, entre 1989 e 1991, passou a ser necessário em profundo processo de transição económica. Com o fim da União Soviética e o fim do modelo socialista, os antigos Estados satélites enfrentaram um grande desafio, isto é, abandonar as economias planificadas e construir economias de mercado, alinhadas ao capitalismo liberal.

Durante a Guerra Fria, esses países tinham as suas economias estruturadas com base na propriedade estatal dos meios de produção, na planificação centralizada e no isolamento. A produção era feita por metas quinquenais controladas pelo Estado (Hobsbawm, 1995).

Iniciou-se uma grande transformação. Os novos governos iniciaram programas de liberalização económica, privatização de empresas estatais e abertura ao investimento estrangeiro. As reformas foram aplicadas de forma tão rápida que o processo ficou conhecido como “terapia de choque” (Sachs, 1994).

Apesar da orientação para o modelo capitalista, a transição não foi linear nem isenta de problemas. Foram necessárias várias medidas para enfrentar as recessões profundas, inflação descontrolada, desemprego massivo e quebra das redes sociais de proteção. A passagem de uma economia planificada para uma economia de mercado exigiu a criação de um novo sistema legal, fiscal e financeiro (Offe, 1996).

Além de todas estas dificuldades económicas, em países como a Rússia e Ucrânia começaram a surgir oligarquias. A privatização rápida e mal regulada permitiu a apropriação de grandes ativos estatais por um pequeno número de indivíduos. Assim foi dificultada a criação de uma economia verdadeiramente transparente e concorrencial (Sakwa, 2010).

Apesar de diferentes obstáculos, muitos dos países a leste conseguiram reconstruir as suas economias e passar a integrar organizações internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), a NATO e sobretudo, a União Europeia.

Esta integração não só consolidou o modelo capitalista nestes Estados, mas também passou a garantir apoios financeiros e institucionais para aprofundar as reformas e aumentar a competitividade nas suas economias.

O acesso a fundos estruturais da União Europeia e a imposição de critérios económicos (como os de Maastricht) impulsionaram a estabilidade económica e o crescimento a longo prazo (Judt, 2006).

### **3.2 A Globalização**

A globalização é um dos fenómenos mais marcantes da atualidade. É caracterizado pela intensificação das interligações económicas, culturais, políticas e tecnológicas entre os países e regiões. Apesar de o processo já se ter iniciado há muitos anos, desde os contactos comerciais da Rota de Seda ou Expansão Marítima, foi a partir da década de 1980 que a globalização começou a ganhar força. Foi impulsionada pelo avanço das tecnologias de comunicação, pela liberalização dos mercados e pelo fim da Guerra Fria (Giddens, 2000).

Podemos entender a globalização como um processo complexo que envolve a integração económica global, que se manifesta no aumento do comércio do comércio internacional, dos fluxos financeiros e dos investimentos diretos estrangeiros. A difusão cultural, circulação de ideias, valores, culturas línguas e estilos de vida diferentes.

Com o avanço das tecnologias da informação, especialmente a internet e as redes digitais, que encurtaram distâncias e mudaram a maneira de nos comunicarmos, a mobilidade internacional permite-nos uma maior circulação entre países, migrações, turismo.

Esta transformação foi impulsionada por instituições como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que promoveram medidas e políticas para a abertura comercial entre países, a privatização e desregulamentação.

A globalização trouxe várias oportunidades, no setor económico promoveu o crescimento, especialmente em países em desenvolvimento que conseguiram atrair investimentos estrangeiros. Ao mesmo tempo contribuiu para uma redução da pobreza extrema em várias regiões (Stiglitz, 2002).

No entanto, também trouxe várias desvantagens, como desigualdades significativas dentro dos próprios países. Em vários países ocidentais, o encerramento das indústrias tradicionais e as transferências das empresas para países com o objetivo de conseguirem mão de obra mais barata resultaram em desemprego estrutural e precarização no trabalho.

A competição a nível internacional também se intensificou, colocando novas pressões sobre os sistemas de proteção social e os direitos dos trabalhadores (Bauman, 1998).

Além disso, o fenómeno também teve impactos ambientais consideráveis, visto que foram aumentando o consumo de recursos, a poluição e as emissões de gases de efeito estufa.

Por causa destas consequências, tornou-se evidente a necessidade de políticas globais eficazes com o objetivo de proteger o ambiente.

Nos últimos anos surgiram movimentos de resistência à globalização, incluindo nacionalismos, protecionismos e discursos anti-imigração. A crise financeira de 2008, a pandemia do COVID-19 e as recentes tensões geopolíticas têm destacado a independência global e iniciaram os debates sobre o fenómeno e os seus limites (Bauman, 1998).

## 4. Conflitos atuais

### 4.1. Tensões entre a China e Taiwan

Uma das tensões mais persistentes da política internacional atual é a disputa entre a República Popular da China e Taiwan. Teve origem na Guerra Civil Chinesa (1927 – 1949), quando os nacionalistas do Kuomintang foram derrotados pelos comunistas liderados por Mao Zedong, e foram obrigados a refugiarem-se na ilha de Taiwan e aí estabeleceram um governo autónomo. Desde o refúgio, Taiwan age de forma independente, apesar da China considerar a ilha como parte do seu território (Shambaugh, 2013).

Na política da China, só pode existir uma China, não pode haver dois governos chineses e Taiwan não pode ser reconhecido como Estado Soberano (Bush, 2016).

Do lado de Taiwan, parte da sociedade defende a reunificação com a China sob determinadas condições, as gerações mais jovens identificam-se como taiwanesas e apoiam a independência mesmo envolvendo riscos (Rigger, 2011).

Com o passar dos anos, a relação entre Pequim e Taipé tem-se tornado muito tensa. Após a eleição de Tsai Ing-wen (2016, reeleita em 2020), líder do Partido Democrático (PDP), a situação piorou. Tsai Ing-wen rejeitou a unificação sob o modelo "um país, dois sistemas" proposto pela China, o mesmo que foi aplicado em Hong Kong.

Como resposta a China intensificou os exercícios militares nas imediações do estreito de Taiwan, os voos de aviões de guerra chineses em zonas próximas do espaço aéreo taiwanês e a pressão diplomática para isolar Taiwan a nível internacional. Estas medidas foram interpretadas como tentativas de intimidação e uma forma de dissuadir qualquer proclamação de dependência formal por parte de Taiwan (Swaine, 2021).

Os Estados Unidos têm desempenhado um papel central na manutenção do conflito. Embora Washington não reconheça formalmente Taiwan como Estado soberano, a Lei das Relações com Taiwan, obriga os EUA a fornecer meios de defesa para a ilha. Esta estratégia tem como objetivo dissuadir a independência de Taiwan e uma invasão chinesa.

Nos últimos anos, os EUA têm reforçado os contactos com Taiwan, inclusive com visitas oficiais de altos representantes, o que tem sido interpretado por Pequim como uma forma de provocação (Economy, 2002).

Um conflito entre a China e Taiwan traria consequências imagináveis a nível global, não apenas pelo risco de uma guerra entre grandes potências (como os EUA e aliados), mas também pelos impactos económicos.

Um eventual conflito entre a China e Taiwan teria consequências globais graves, não apenas pelo risco de uma guerra entre grandes potências (incluindo EUA e aliados), mas também pelo fator económico.

#### **4.2 Conflitos no Médio Oriente**

O Médio Oriente é umas das regiões mais instáveis do mundo, e com vários conflitos armados, tensões religiosas e rivalidades geopolíticas. Além da sua importância estratégica, as reservas energéticas, a posição geográfica e o peso religioso, contribuem para estes conflitos que acabam sempre por se tornarem mundiais, sendo muitas das vezes preciso a intervenção de grandes potências, como os EUA, a Rússia, o Irão e a Turquia (Gelvin, 2016).

As origens dos conflitos no Médio Oriente estão relacionadas às heranças coloniais. Após a Primeira Guerra Mundial, foi feita a partilha do Império Otomano que ignorou as diferenças étnicas e religiosas da região (Fromkin, 1989).

Outro dos motivos está ligado aos conflitos religiosos e étnicos entre sunitas e xiitas ou curdos, judeus, árabes, persas e turcos, que procuram a autodeterminação. Os interesses geoestratégicos e económicos, o controlo de rotas marítimas e reservas petrolíferas e de gás natural atraem as potências, na presença do islamismo político e extremismo jihadista, alimentado por fatores como a pobreza, repressão estatal e a ausência da democracia (Kepel, 2004).

Um dos conflitos recorrentes é entre Israel e a Palestina, um dos mais antigos e simbólicos. Em 1948, deu-se a criação de Israel e desde então os palestinianos têm lutado por um Estado independente. Vários confrontos armados e operações militares israelitas resultaram em milhares de mortos e feridos. Desde outubro de 2023, o conflito intensificou-se dramaticamente, com mais de 58.000 mortos em Gaza até meados de 2025, e uma crise humanitária sem precedentes marcada por fome, deslocamentos em massa e destruição de infraestruturas civis (Al Jazeera, 2025; AP News, 2025). Simultaneamente, a violência dos colonos e as demolições forçadas na Cisjordânia provocaram centenas de vítimas e agravaram as tensões locais (OCHA, 2025). Apesar de

uma tentativa de reconciliação entre Fatah e Hamas em 2024 (Declaração de Pequim), a divisão interna permanece, dificultando negociações de paz. A ONU convocou uma nova conferência em julho de 2025 para relançar a proposta de dois Estados e discutir a governação pós-conflito, mas os resultados concretos ainda são incertos (Reuters, 2025).

Desde 2015, o Iémen é outro palco de guerra entre o governo reconhecido e os rebeldes Houthis, xiitas apoiados pelo Irão. A Arábia Saudita lidera uma coligação militar que intervém no conflito, gerando uma grande crise humanitária. Esta Guerra é considerada muitas vezes como uma Guerra por procuração entre a Arábia Saudita e o Irão (Salisbury, 2020).

O Médio Oriente é também uma região com várias rivalidades estratégicas regionais, Arábia Saudita e o Irão, Turquia e curdos ou Israel e Irão. Estes conflitos resultam em guerras indiretas ou intervenções armadas.

Esta instabilidade no Médio Oriente tem causado milhões de mortos, feridos e deslocados ou refugiados, a crise dos refugiados que atingiu fortemente a Europa em 2015, emergência e expansão de grupos terroristas como o Daesh, que ultrapassam as fronteiras nacionais e desencadeiam atentados, aumento dos gastos militares e a destruição do património histórico.

### **4.3. A Guerra comercial entre os EUA e China**

A Guerra comercial entre os Estados Unidos da América e a República Popular da China, começou formalmente em 2018, durante a administração de Donald Trump. Além de simples tarifas, esta disputa evidencia o reequilíbrio do poder global, os desafios da globalização e a rivalidade estratégica entre duas potências económicas (Bown, 2020).

Em 2001, a China deu entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC), a economia chinesa registou um crescimento exponencial, transformando-se na segunda maior economia mundial.

Devido ao crescimento se ter baseado num modelo de industrialização orientado para a exportação e com forte intervenção estatal, gerou bastante desequilíbrios na balança comercial dos EUA, que passaram a acumular défices comerciais comparativamente à China. Para os EUA, isto foi visto como uma ameaça à sua liderança económica e

tecnológica, especialmente em áreas estratégicas como a inteligência artificial, 5G, semicondutores e cibersegurança (Medeiros, 2019).

Assim, a guerra não foi vista como uma questão de tarifas, mas sim como uma disputa pela hegemonia global.

Em 2018, os EUA impuseram tarifas sobre centenas de produtos chineses, justificando-se com alegadas práticas comerciais desleais, como o roubo de propriedade intelectual, a manipulação cambial e os subsídios estatais à indústria chinesa. A China retaliou com tarifas sobre produtos agrícolas e industriais norte-americanos (World Bank, 2020).

Durante 2019, esta disputa intensificou-se com a aplicação de tarifas a bens no valor de mais de 360 mil milhões de dólares. Isto gerou instabilidade nos mercados financeiros globais, desvio de cadeias de produção e tensões diplomáticas. Várias multinacionais começaram por optar pelo Sudeste Asiático (Stiglitz, 2018).

Em janeiro de 2020, ambos os países assinaram a chamada "Fase Um" do acordo comercial, na qual a China comprometeu-se a aumentar as importações de produtos agrícolas e industriais dos EUA, e a rever práticas relacionadas com propriedade intelectual e transferências tecnológicas. No entanto, a maior parte das tarifas mantiveram-se e o acordo não abordou os principais pontos (Bown, 2020).

A guerra comercial contribuiu para a redução do comércio bilateral entre os EUA e a China, a reorganização das cadeias globais de valor, com impactos em países terceiros, uma desaceleração do crescimento económico global, afetando especialmente as economias mais dependentes do comércio internacional (Stiglitz, 2018).

Para muitos países, este conflito comercial é apenas um sintoma de uma rivalidade sistémica mais profunda, que pode evoluir para uma nova Guerra Fria entre os EUA e a China. A disputa ultrapassa a economia, envolvendo áreas como a influência internacional, tecnologia e segurança cibernética e o modelo político ideológico (Medeiros, 2019).

## Conclusão

É possível concluir que a Guerra Fria não foi apenas um confronto entre duas potências, mas sim, um período que moldou profundamente a ordem mundial e as suas consequências continuam a influenciar a política internacional. Foi um momento de redefinição das estruturas globais, das alianças internacionais, das estratégias de segurança e, acima de tudo, das visões que os países tinham sobre si mesmos e sobre os seus adversários.

Com o fim da Guerra Fria, o mundo entrou numa nova fase: um sistema internacional mais fluido, multipolar, com a emergência de novos atores como a China e o fortalecimento de entidades regionais como a União Europeia. No entanto, a esperança de um “fim da História”, como proposto por autores como Fukuyama, revelou-se ilusória. O fim do confronto bipolar não significou o desaparecimento das rivalidades internacionais, mas sim a sua transformação.

Ao longo deste trabalho, foi possível compreender que, embora o conflito entre os EUA e a URSS tenha terminado oficialmente em 1991, os seus efeitos prolongaram-se e ainda hoje se manifestam de formas diferentes (desde alianças militares, às tensões geopolíticas entre as grandes potências). A divisão do mundo em blocos ideológicos — o Ocidente capitalista e o Leste socialista — condicionou profundamente a organização de Estados, a formação de alianças militares (como a NATO e o extinto Pacto de Varsóvia) e a definição das esferas de influência.

A divisão ideológica entre o capitalismo e o socialismo, deixou marcas profundas na organização económica e política em muitos países, especialmente na Europa. O colapso da União Soviética deu lugar a um novo sistema internacional, mais complexo e multipolar, onde as disputas por poder continuam a marcar a política externa.

A confrontação permanente, ainda que raramente direta, levou ao desenvolvimento de uma estratégia de dissuasão mútua e à proliferação nuclear, cujas implicações perduram até hoje. Conflitos como a Guerra da Coreia, a Guerra do Vietname, a Invasão do Afeganistão pela URSS e a Crise dos Mísseis de Cuba são exemplos de momentos de tensão que quase empurraram o mundo para o abismo de um conflito nuclear. Esses episódios não apenas moldaram a política externa das superpotências, como também afetaram o desenvolvimento interno de muitos países, direta ou indiretamente envolvidos.

Atualmente, a rivalidade entre os EUA e a China, os conflitos no Médio Oriente, a questão de Taiwan, a guerra comercial e tecnológica, entre outros fenómenos, refletem uma continuidade lógica herdadas desse período.

A rivalidade crescente entre os Estados Unidos e a China, por exemplo, reflete dinâmicas semelhantes às da Guerra Fria, ainda que com contornos diferentes: trata-se agora de uma disputa pela hegemonia económica, tecnológica e diplomática, mais do que por modelos ideológicos puros. As tensões no Mar do Sul da China, a questão de Taiwan, a guerra comercial e a corrida pela supremacia em inteligência artificial e tecnologia digital são expressões modernas de uma competição que, tal como durante a Guerra Fria, procura conquistar influência global sem confrontos militares diretos.

O Médio Oriente continua também a ser um palco marcado por legados da Guerra Fria. As alianças e intervenções definidas naquela época continuam a moldar os conflitos contemporâneos, como os da Síria, do Iémen, do Irão e de Israel-Palestina. A própria instabilidade da região é, em parte, fruto das estratégias externas das superpotências durante a segunda metade do século XX.

A globalização, por um lado aproximou economias e culturas, por outro revelou desigualdades profundas e fragilidades sistémicas. A interdependência global, tantas vezes celebrada, mostrou-se também vulnerável a choques políticos, económicos e ideológicos herdados do passado.

Compreender a Guerra Fria é, assim, essencial para analisar a política internacional contemporânea. Este conflito não é apenas um tema de interesse histórico: é um marco civilizacional. Estudar a Guerra Fria permite desenvolver uma leitura crítica sobre os mecanismos de poder, as estratégias diplomáticas e os erros cometidos no passado. E essa leitura é fundamental para evitar que as rivalidades atuais resvalém para conflitos abertos e para promover soluções mais justas, pacíficas e cooperativas no sistema internacional.

Portanto, a Guerra Fria não é apenas um capítulo encerrado da História — é uma narrativa com ecos profundos no presente e que continuará a influenciar o futuro. Entendê-la é um passo indispensável para que as novas gerações de decisores, académicos e cidadãos não repitam os erros do passado, mas construam um mundo mais equilibrado e consciente.

## Referências Bibliográficas

- Bown, C. P. (2020). *The US-China Trade War and Phase One Agreement*. Peterson Institute for International Economics.
- Bush, R. C. (2016). *Hong Kong in the Shadow of China: Living with the Leviathan*. Washington D.C.: Brookings Institution Press.
- Danko, L. (1988). “Comecon: Integration without Centralization?” *Journal of Economic Cooperation*, 9(2), 1–18.
- Economy, E. (2018). *The Third Revolution: Xi Jinping and the New Chinese State*. Oxford: Oxford University Press.
- Economy, E. (2022). *The World According to China*. Cambridge: Polity Press.
- Fromkin, D. (1989). *A Peace to End All Peace: The Fall of the Ottoman Empire and the Creation of the Modern Middle East*. Nova Iorque: Henry Holt.
- Gaddis, J. L. (2005a). *The Cold War: A New History*. Penguin Press.
- Gaddis, J. L. (2005b). *Strategies of Containment: A Critical Appraisal of American National Security Policy During the Cold War*. Oxford University Press, 2005.
- Gelvin, J. L. (2016). *The Modern Middle East: A History*. Oxford: Oxford University Press.
- Giddens, A. (2000). *O Mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Editorial Presença.
- Hitchcock, W. I. *The Struggle for Europe: The Turbulent History of a Divided Continent 1945 to the Present*. Nova Iorque: Anchor Books, 2004.
- Hobsbawm, E. (1994). *Era dos Extremos: O Breve Século XX*. Editorial Presença.
- Hobsbawm, E. (1995). *A Era dos Extremos: o breve século XX, 1914–1991*. Lisboa: Editorial Presença.
- Hogan, M. J. (1987) *The Marshall Plan: America, Britain and the Reconstruction of Western Europe, 1947-1952*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- Judt, T. (2007). *Pós-Guerra: Uma História da Europa Desde 1945*. Edições 70.
- Kepel, Gilles (2004). *The War for Muslim Minds: Islam and the West*. Cambridge: Harvard University Press.
- Kissinger, H. (1994). *Diplomacy*. Simon & Schuster.
- Kupchan, Charles (2012). *No One’s World: The West, the Rising Rest, and the Coming Global Turn*. Oxford: Oxford University Press.
- LaFeber, W. (2008). *America, Russia and the Cold War, 1945–2006*. McGraw-Hill.
- Mazower, M. (2012). *Governing the World: The History of an Idea*. Penguin.
- Medeiros, Evan S. (2019). The Changing Fundamentals of US-China Relations. *The Washington Quarterly*, vol. 42, n. ° 3.
- Milward, Alan S. (1984). *The Reconstruction of Western Europe, 1945–1951*. Londres: Methuen.
- Offe, Claus (1996). *Varieties of Transition: The East European and East German Experience*. Cambridge: Polity Press.

- Pappé, Ilan (2006). *The Ethnic Cleansing of Palestine*. Londres: Oneworld Publications.
- Phillips, Christopher (2016). *The Battle for Syria: International Rivalry in the New Middle East*. New Haven: Yale University Press.
- Protocols of the Proceedings of the Berlin (Potsdam) Conference, July 17–August 2, 1945. [National Archives (EUA)].
- Report of the Yalta (Crimea) Conference (February 4–11, 1945). (n.d.). German History in Documents and Images. Retrieved May 15, 2025.
- Rigger, Shelley (2011). *Why Taiwan Matters: Small Island, Global Powerhouse*. Lanham: Rowman & Littlefield.
- Roberts, G. (2006). *Stalin's Wars: From World War to Cold War, 1939–1953*. Yale University Press.
- Sakwa, Richard (1990). *Gorbachev and His Reforms: 1985–1990*. Londres: Philip Allan.
- Sakwa, Richard (2010). *The Crisis of Russian Democracy: The Dual State, Factionalism, and the Medvedev Succession*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Salisbury, Peter (2020). *Yemen: National Chaos, Local Order*. Chatham House Report.
- Sassoon, Donald (2002). *Século XX: o século das ideias assassinas*. Lisboa: Terramar.
- Service, R. (2009). *History of Modern Russia*. Penguin Books.
- Service, R. (2007). *Comrades: A History of World Communism*. Londres: Macmillan.
- Stiglitz, Joseph (2002). *Globalization and Its Discontents*. Nova Iorque: W.W. Norton & Company.
- Stiglitz, J. (2018). *Globalization and Its Discontents Revisited*. Nova Iorque: W.W. Norton & Company.
- Swaine, M. D. (2021). *Creating an Unstable Asia: The U.S. Pivot and the Risks of Conflict*. Washington: Carnegie Endowment for International Peace.
- Truman, Harry S. Address Before a Joint Session of Congress, 12 de Março de 1947. (Arquivo Nacional dos EUA).
- United States. Department of State. (1950). *A decade of American foreign policy: Basic documents, 1941–49*. Washington, DC: Government Printing Office.
- Wallace, H.; Pollack, M. & Young, A. (2010). *Policy-Making in the European Union*. Oxford: Oxford University Press
- World Bank (2020). *Global Economic Prospects: Slow Growth, Policy Challenges*. Washington, D.C.